

Qual o critério para legitimar o uso de bens culturais? Interpretando memórias, territorialidades e cotidiano nos largos do núcleo original da Freguesia do Ó – São Paulo¹

Alberto Luiz dos Santos

✉ beto_als@yahoo.com.br

Resumo

A partir da interpretação dos conteúdos de entrevistas qualitativas concedidas por frequentadores dos Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha (SP), recorte espacial da pesquisa realizada, localizado no Núcleo Original da Freguesia do Ó e tombado pelo CONPRESP, realizamos uma análise dos usos econômicos e sociais atuais desses largos, diante da urbanização de São Paulo, da condição socioeconômica da população em seu entorno e da atratividade que esses largos representam aos visitantes de outros bairros. Essas entrevistas e o trabalho de campo subsidiaram a nossa análise sobre os valores atribuídos aos bens culturais pelos grupos sociais. Tratando-se de espaço público, espaço dos conflitos pelo uso, nossa proposta neste artigo é debater como o conteúdo desses relatos toma as questões socioeconômicas como critério e, com isso, deslegitima outros usos dos bens culturais. Considerando que o relato sobre o cotidiano envolve o exercício de lembranças recentes e pretéritas, propusemos interpretar o modo como a memória se imbrica e é reconstruída, frente às novas dinâmicas socioespaciais.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural, usos, memória, Freguesia do Ó.

1 Este artigo é resultado da pesquisa realizada na Dissertação de Mestrado “Dimensões do Patrimônio Cultural: Tombamentos e territorialidades no bairro da Freguesia do Ó – São Paulo (SP)”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Introdução

Os debates que envolvem o reconhecimento normativo de bens culturais têm destacado a necessidade de aprofundar metodologias para apreender o universo simbólico dos grupos sociais que os dinamizam e estabelecem valor². A proposta de inventários participativos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é exemplo nesse sentido, ao sugerir que os pesquisadores se alinhem aos grupos sociais, por meio de conversas, entrevistas, pesquisas e registros de mídia, trazendo a comunidade como “protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural”. (BRASIL, 2016, p. 5).

Em nossa pesquisa, buscamos coadunar com tais tendências por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, com o registro de relatos e narrativas³, de modo a interpretar as territorialidades dos grupos sociais frente aos bens culturais da Freguesia do Ó, São Paulo (SP), tombados pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), destacadamente os Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha. Estes largos são considerados o Núcleo Original do bairro, o primeiro formado à margem direita do rio Tietê (1580), o que eleva a discussão sobre a preservação dos bens culturais e o reconhecimento de seus usos e apropriações como formas de criar significados e valores sobre os mesmos.

2 Sobre este tema do valor, destacamos as contribuições de Menezes (2000), Fonseca (2005) e Meneses (2012).

3 No ano de 2014, foram colhidas 40 entrevistas com moradores (as) e visitantes, entre 18 e 82 anos. Para amparar nossos objetivos, a proposta metodológica qualitativa sobre o conteúdo dos relatos se sobrepôs em relação a uma grande amostragem quantitativa.

Figura 1: Núcleo Original da Freguesia do Ó (2011): Outeiro e edificações.



Fonte: <http://www.portaldoo.com.br/album/alb002/galeria002.html>.

Ao serem convidados a tratar sobre as atividades que se verificam no cotidiano desses largos, seus moradores e visitantes conduziram relatos de grande diversidade que, entre outros elementos, trouxeram à tona questões socioeconômicas, como renda e origem residencial dos sujeitos que dão vida ao patrimônio cultural. Com base nessas entrevistas, destacamos as questões socioeconômicas manifestadas na memória dos entrevistados ao relatarem sobre suas próprias vidas e sobre as práticas sociais de outros grupos, seja quando se remetem ao passado, seja quando descrevem o cotidiano atual.

Bosi (1979), ao indagar como se constroem as imagens do presente e do passado, distingue autores que compreendem a memória como conservação do passado no inconsciente daqueles que a compreendem como reconstrução desse passado, a partir de relações sociais presentes. Ainda que não desconsidere nenhuma das tendências, é notável que a autora destaque a segunda quando concorda, por exemplo, que a recordação aflora pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está inscrito.

Nesse sentido, é imprescindível elevar o contexto socioespacial em face dos conteúdos obtidos nas entrevistas. Destaca-se que, na esteira da urbanização de São

Paulo, a Freguesia do Ó concentra renda frente aos distritos adjacentes da Zona Noroeste, principalmente pela dinâmica imobiliária. Tal processo é ainda mais proeminente no espaço tombado, onde se misturam usos residenciais e comerciais, estimulando a circulação de visitantes tanto de bairros de baixa renda quanto dos elitizados. Assim, emergem múltiplos grupos sociais e conflitos entre suas práticas e o cotidiano da população local, fatos que foram recorrentes nos relatos obtidos.

Harvey (2011, p.158) destaca que as lutas sociais e de classe formam o lugar, “em que a vida diária tem de ser vivida, as relações afetivas e solidariedades sociais são estabelecidas e as subjetividades políticas e os significados simbólicos são construídos”. Nesse processo, o modo como o capital atua no espaço sobrepõe-se às sensibilidades populares, imbricando-se em relações conflituosas com a terra e com o lugar.

Diante dessa problemática, propomos relacionar os dados secundários obtidos – acerca da organização do capital e do trabalho no bairro e seus adjacentes – aos conteúdos das entrevistas e narrativas, de modo a analisar como os discursos presentes na memória de moradores e visitantes questionam a legitimidade de determinados usos e práticas sociais atribuídos aos bens culturais tombados. Trata-se de um conjunto de argumentos de cunho socioeconômico, como faixa de renda, formas de apropriação do espaço público ou origem residencial, que elevam uma problemática, na medida em que não se reconhece as territorialidades de determinados grupos como legítima ao patrimônio cultural.

Sobre o uso e apropriação dos Largos e dos bens culturais

A produção social do espaço cria e movimenta formas urbanas de grande diversidade e modos de organização passíveis de dominação pelo exercício da propriedade. Nessa dinâmica, o espaço público se sobressai enquanto promotor das mais intensas disputas pelo uso, como nos mostram os processos manifestados em praças públicas de São Paulo.

As práticas socioespaciais que se dão no espaço público podem ser consideradas como uma imbricação dialética entre o genoespaço e o nomoespaço, no sentido proposto por Gomes (2001). O primeiro corresponde a um espaço hierarquizado, cujas dinâmicas, regidas na forma da lei, não se restringem ao papel legislativo do Estado e envolvem grupos sociais que exercem diversas formas de poder, principalmente o econômico. Já o segundo compreende uma dinâmica onde o “tipo de relação social que qualifica o território é o grupo ou a comunidade” (GOMES, 2001, p.60). Isso significa que o espaço público expressa ambos os processos, como a discussão que segue pretende demonstrar, muitas vezes de forma simultânea.

Ao destacar como se articulam os conceitos de propriedade e apropriação na obra de Henri Lefebvre, Seabra (1996) concerne ao primeiro aquilo que se manifesta como quantificação e igualação pelo dinheiro, tanto no cotidiano pensado quanto no espaço vivido. Trata-se do que se consolida pela lógica da troca e, em termos de espaço, restringe a diversidade de usos.

O uso não é abolido quando recusado pela propriedade, mas permanece como ausência e conflito (SEABRA, 1996). Conceber o espaço público onde não há, a princípio, o exercício de dominação da propriedade, como no caso dos Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha, exige considerar uma multiplicidade de apropriações pelas quais os mais diferenciados grupos sociais buscam afirmar suas particularidades e elevar, como propõe a autora, as possibilidades de insurgência do uso. São estes os portadores e transmissores das práticas e formas de expressão simbólicas que se constituem em complexas territorialidades urbanas no cotidiano.

Analisemos alguns processos específicos de nosso objeto de estudo. O exercício da propriedade permite consolidar a terra como uma mercadoria, cujo valor se constitui por meio de diversas dinâmicas, com destaque à especulação, tornando-se um meio de absorção de excedentes da classe capitalista, principalmente rentista e financista. (HARVEY, 2011). Os bens culturais materiais que constituem o acervo do patrimônio não escapam a esse processo. Trata-se de uma inexorabilidade que trava luta contínua contra a apropriação, subvertendo e mesmo proibindo o uso, como pudemos verificar nos imóveis tombados do Núcleo Original da Freguesia do Ó. Nestas edificações, onde há o exercício da propriedade, determinados grupos de sujeitos possuem uso privado garantido (no caso das residências) ou estabelecem um uso econômico (nos comércios, bares e restaurantes).

A presença dos grupos sociais nesses estabelecimentos comerciais passa a ser permeada pela troca. A legitimidade de uso do bem cultural passa por um sistema de equivalência equiparado pelo dinheiro, e torna-se restrito aos sujeitos que, por não o possuírem, têm vedado o acesso a tais bens, ainda que, a rigor, tais bens culturais sejam coletivos.

Os usos possíveis que foram restringidos concentram-se nos espaços públicos delimitados pelo sistema normativo de tombamento, no caso, os Largos. No entanto, estes espaços tendem a intensificar tanto uma multiplicidade de usos quanto suas problemáticas e conflitos. Isso se deve a duas questões principais, das quais propomos uma reflexão mais detida.

A primeira delas é que as fronteiras entre o privado e o público – ou, respectivamente, entre o espaço que foi dominado e o espaço passível de ser

apropriado – tendem a se imbricar e relativizar. Algumas dinâmicas analisadas são exemplares. Interpretando as características dos bares e restaurantes do Largo Nossa Senhora do Ó, entre 2012 e 2014, constatamos especificidades que nos permitiram sugerir um cisma: a porção inferior do Largo, que concentra estabelecimentos voltados a um público de maior poder aquisitivo, e a porção superior, onde o cenário se inverte. Assim nos afirmou um morador de 30 anos: “A parte de cima é mais periferia mesmo. Não só da região, mas que vem lá da Brasilândia, de Pirituba, enfim, que vem aqui nos bares. À parte de baixo, são as pessoas abonadas”⁴.

Para além dos estabelecimentos e por tratarem-se de praças públicas de extrema visitação, valorizadas pela população paulistana como áreas de lazer, grande parte dos sujeitos consome nos estabelecimentos e apropria-se simultaneamente do espaço público. Em outros termos: vale uma visita na Igreja enquanto aguarda uma mesa, ou um passeio pela praça entre uma bebida e outra.

No caso dos estabelecimentos voltados ao público de menor renda, a questão é mais recorrente. Primeiro, porque tais estabelecimentos possuem espaço interno insuficiente diante da demanda de frequentadores. Além disso, as sínteses dos relatos sugerem que, para os consumidores, é mais apazível comprar nos bares e ocupar de fato o espaço das praças, em suas muretas, bancos, ou mesmo em pé. Nesse sentido, verifica-se um processo de refuncionalização, no sentido atribuído por Paes (2010), na medida em que o espaço público torna-se também espaço de consumo.

Assim, a dominação do espaço pela lógica da troca, com o estabelecimento de usos econômicos pelos proprietários, influencia as práticas de apropriação do espaço público, proporcionando-lhes novos usos. Estes, ditados pelos visitantes, entram em conflito com as práticas cotidianas da população local. Tal conflito varia em intensidade de acordo as características socioeconômicas de cada grupo de visitantes, como abordaremos adiante.

A segunda questão concerne à concentração de grupos sociais específicos. A ocorrência de espaços públicos é, de fato, raridade na metrópole, assim como os equipamentos de lazer. Ambos são disputados por diferentes grupos sociais que, por carregarem códigos de comportamento, valores e expressões simbólicas distintas, são geradores de tensões.

Em 2013, iniciou-se um conjunto de obras no Largo Nossa Senhora do Ó, finalizadas no ano posterior, visando uma nova pavimentação e paisagismo para o

4 Em levantamento realizado entre 2012 e 2013, notamos uma média de preços 50% maior nos estabelecimentos do Largo Inferior, referenciando-nos em dois produtos: cervejas e porções.

mesmo. As obras foram publicizadas pela subprefeitura como um projeto desenvolvido em parceria com o CONPRESP, que além da revitalização, sediaria telões para a Copa do Mundo 2014 – o que não ocorreu.

Com a finalização das obras, o Largo perdeu o anterior piso de pedra portuguesa, que foi substituído por uma pavimentação de concreto, questionada por grupos de moradores locais. Nos meses posteriores, essa nova pavimentação incentivou a apropriação do espaço público dos Largos por numerosos grupos de esqueteístas, vindos de diversos bairros da cidade.

Recentemente, em 2016, as grades que envolvem a Igreja Nossa Senhora do Ó foram ampliadas, ocupando área considerável do espaço público do Largo Nossa Senhora do Ó e comprometendo a circulação de pessoas, notoriamente a dos esqueteístas. Não podemos afirmar que se trata de uma resposta diante da apropriação dos esqueteístas, mas, na prática, ela restringiu essa forma de uso, assim como parte do espaço à livre circulação.

Tomemos outro exemplo. Essa multiplicidade de grupos que se apropriam dos largos da Freguesia do Ó é mais recorrente aos finais de semana, principalmente no período noturno. As afirmações de uma moradora do bairro de 82 anos nos indicam que “tem muito barulho. Até segunda e terça, é bom. Mas quarta, quinta, até o domingo... Tem dias que a gente não pode passar aqui, porque tem mesas até ali”. Na sequência, a mesma moradora afirma: “Pessoas que vêm com bengala, tudo, não têm jeito pra passar”.

Em suma, nas dinâmicas que foram analisadas, entre a dominação pela propriedade e as insurgências do uso pela apropriação para o lazer, prevalece uma multiplicidade de usos conflituosos. Mas o objetivo de nossa reflexão remete a outras questões, quais sejam: a expropriação de alguns usos pode ser também a expropriação da memória? Quais são os processos que moradores e visitantes do bairro elencam ao serem convidados a rememorar?

Sobre a memória, a condição socioeconômica dos entrevistados e a produção do espaço na Freguesia do Ó

Quando busca definir o patrimônio em sua abrangência, Gonçalves (2005, p.30) concerne ao patrimônio cultural os objetos percebidos, simultaneamente, como “materiais e imateriais; objetivos e subjetivos; reunindo corpo e alma; ligados ao passado, ao presente e ao futuro”. Sua definição contempla a intersubjetividade que envolve o patrimônio cultural, ou seja, o processo de valoração dos bens culturais pelos sujeitos, como referenciamos inicialmente. Além disso, inclui o tempo vivido no cotidiano com o seu significado sendo reelaborado permanentemente pelos grupos sociais.

Desse modo, imbricam-se dinâmicas pretéritas e presentes sobre esse bem cultural, cuja apropriação se dá de modo conflituosa. Para apreender esse movimento sob o ponto de vista metodológico, buscando uma construção dialógica acerca do valor dos bens culturais, as entrevistas realizadas foram imprescindíveis. Como afirma Bosi (1979, p.29): “A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a *sua* memória” (grifo da autora). Com essa assertiva, a autora se posiciona diante de diferentes concepções acerca da memória em sociedade.

Bosi (1979) discute inicialmente a obra de Bergson⁵, na qual culmina o princípio da memória como uma conservação do passado. Para este autor, “a memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade de nossa experiência adquirida” (BOSI, 1979, p.10). O sujeito que lembra elenca dessa totalidade um conjunto de elementos que só emergem como resposta às relações presentes. Em suma, o passado sobrevive para Bergson, “quer chamado pelo presente sob as formas da lembrança, quer em si mesmo, em estado inconsciente” (BOSI, 1979, p.15)

A postura de Bergson é ponderada por Bosi (1979, p.16), no sentido da carência de um trato social deste chamado presente, que ativa a memória. Assim, a autora irá referenciar-se em Halbacks⁶, que concebe os quadros sociais da memória. “Se lembramos, é porque os outros, a situação presente nos faz lembrar” (BOSI, 1979, p.17). Assim, Bosi coaduna com a obra de Halbacks por tratar a memória como uma reconstrução do passado a partir das ideias do presente, ou seja, das relações sociais em sua complexidade.

Nessa premissa, engendra-se a intenção deste artigo: analisar as memórias contidas nos relatos a partir do contexto do presente, em suas nuances sociais, políticas e econômicas que, reproduzindo-se espacialmente diante da totalidade (SANTOS, 2005), podem ser consideradas socioespaciais. A complexidade que envolve a produção, uso e apropriação do espaço nos largos da Freguesia do Ó reconstrói o passado, contribuindo para articular determinadas lembranças de práticas pretéritas desses próprios largos.

Cada contexto conforma situações que podem proporcionar uma versão consagrada dos acontecimentos. Dialogando com Bartlett⁷, Bosi (1979) afirma que

5 A principal referência utilizada pela autora é *Matière et mémoire*, publicada em 1896.

6 As principais referências utilizadas pela autora são *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925) e *La mémoire collective* (1950).

7 A referência utilizada pela autora é *Remembering* (1932).

os grupos sociais, em conjunto, tendem a elaborar esquemas de narração e interpretação dos fatos, criando universos de discurso e de significado.

Essa questão nos coloca diante do desafio de interpretar com maior profundidade o conteúdo de nossos relatos e a expressão das palavras registradas. O conjunto de dados secundários e as interpretações das dinâmicas socioespaciais frente ao nosso objeto de estudo nos permitiram sugerir algumas pistas de como estes conteúdos se apresentam. Ou, nos termos dos autores, como essas versões consagradas se constituem.

Mas, por que seguimos essa pista, de cunho socioeconômico, manifestada espacialmente? Pela recorrência de falas, como a que segue, de um morador do bairro de 22 anos, acerca de duas questões: “Quais atividades verifica no cotidiano dos Largos?” e “existem diferenças entre as atividades e as pessoas que os frequentam?”:

Eu acho que marca o dinheiro. Por exemplo: a gente sabe que o Frangó, o Cicarinho e a Pizzaria Bruno são lugares um pouco mais caros, que têm uma história e que, por isso, são valorizados pelo mercado. Dessa forma, lá aparecem muito mais brancos e muito mais senhores, com muito mais dinheiro. Em compensação, o pessoal que toma uma cerveja no Largo em si mesmo, você encontra uma mistura melhor. Que é a mistura exatamente do pessoal que veio das periferias. Isso fica evidente.

Nesse trecho, é possível apreender como a disposição dos estabelecimentos comerciais (Bar Frangó, Pizzarias Bruno e Ciccarino) e do próprio espaço público qualificam os grupos sociais e suas atividades na interpretação dos entrevistados. Esse contexto nos motivou a analisar as questões socioeconômicas dos grupos sociais e da própria área tombada, de modo a contextualizar os usos dos bens culturais, como na fala que segue, de um morador de 77 anos:

Aqui é o encontro da moçada que vem de outros lugares e é uma bagunça danada. (...) Agora, a parte de baixo já é um pouquinho mais sossegada. Agora, a parte de cima, ali é terrível. Uma parte do Bruno é mais sossegada, porque é da Igreja pra cá. Agora, pra lá, pra mim não procede.

Um conjunto de processos históricos nos auxilia para compreender como essas formas e usos se elaboraram diante da urbanização de São Paulo.

O Núcleo Original da Freguesia do Ó, datado de 1580, inaugurou a ocupação da margem direita do rio Tietê no contexto bandeirantista. Por esse Núcleo constituíram-se os eixos de dominação territorial, os chamados “caminhos” que,

posteriormente, consolidaram-se como via de transporte associada ao ciclo econômico de mineração na região norte da cidade, mais detido ao século XVII. (BARRO, 1977; PRADO JUNIOR, 1998).

Esses autores destacam a função de “pouso” do Núcleo, estratégia defensiva frente as etnias indígenas. Também é de extrema relevância a função religiosa, com a construção de sucessivas capelas, até a Igreja atual em 1901, que atribuíram ao Núcleo a condição de outeiro, típica da colonização.

Adjacente aos meandros do rio Tietê e distante dos eixos ferroviários do século XIX, as dinâmicas do Núcleo são marcadas por certo “isolamento geográfico” (BARRO, 1977), nos permitindo conceber limites entre a área urbanizada da Freguesia do Ó e de São Paulo. Nos Largos iniciou-se a “urbe do bairro”, com as famílias abastadas adquirindo os lotes defronte às Igrejas. Já em seu entorno, até o início do século XX, a atividade rural nos lotes subdividia a sesmaria em dispersos agrupamentos (SANTOS, 2014).

Essa dinâmica modifica-se nas décadas de 1950 e 1960, quando a inauguração das pontes de concreto e das Marginais do rio Tietê tornaram a atual Zona Noroeste do município uma área de franca expansão residencial da população de menor renda. A partir deste contexto, o distrito da Freguesia do Ó passa por um movimento específico, frente aos demais da Zona Noroeste, que envolve as subprefeituras 1, 2 e 3 (Figura 2).

Optamos pela análise desses distritos por compreendermos que sua expansão residencial ocorreu no mesmo período, após a década de 1950⁸.

Tendo em vista essa dinâmica, se num primeiro momento a Freguesia do Ó tornou-se receptora desse fluxo de moradores, nas décadas posteriores o seu território – destacadamente, o entorno do Núcleo Original – passou por uma elitização. Esta pode ser verificada pela mudança de perfil socioeconômico dos moradores, pelo avanço do uso comercial em detrimento do uso residencial e, principalmente, pela especulação imobiliária, com os lançamentos de conjuntos de imóveis verticais (SANTOS, 2014).

Simultaneamente, os distritos adjacentes de Brasilândia e Cachoeirinha intensificam um crescimento populacional de menor concentração de renda, conformando o universo da moradia precária (MARICATO, 2011)⁹.

8 Como demonstram cartogramas disponíveis em <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>.

9 O universo da moradia precária é conceituado por Maricato (2011, p.105) para denunciar o conjunto da produção da cidade do capitalismo periférico. Trata-se de uma população que, “excluída do mercado formal e das políticas públicas, produz boa parte da cidade com suas próprias mãos e suas próprias regras”. Decerto, a moradia precária não abrange a totalidade desses distritos, porém mostrou-se mais latente, como se vê nos dados que seguem.

Figura 2: São Paulo – Subprefeituras e Distritos Municipais (2013).



Fonte: SMDU. Organização: Alberto Luiz dos Santos (2014).

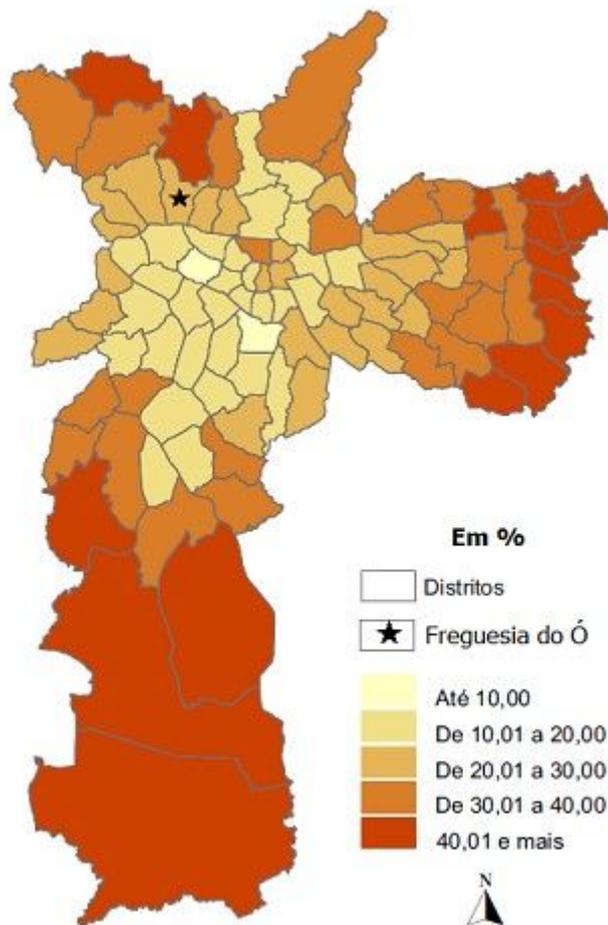
Assim, a produção do espaço nessa região de São Paulo ilustra o modo contraditório da urbanização do município, como contextualiza Seabra (2004, p.185): “A metrópole de São Paulo, formada por uma superfície de urbanização contínua, sintetiza na sua materialidade, diversos momentos e aspectos, caracteriza-se, sobretudo, por apresentar uma figuração disforme”.

A partir de dados levantados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEMPLA¹⁰, elencamos a questão da renda, onde nota-se menor contração de domicílios com renda inferior a 2 salários mínimos na Freguesia do Ó, frente aos

10 Disponíveis em <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>;

seus adjacentes (Figura 3). Na Freguesia do Ó, 10 % da população está na faixa acima de 5 salários mínimos, enquanto na Brasilândia, por exemplo, essa faixa não excede 2% da população.

Figura 3: Distribuição de domicílios - renda de até 2 salários mínimos (em %), por distritos do município de São Paulo (2010).



Fonte: IBGE / Elaboração: SMDU. Organização: Alberto Luiz dos Santos (2014).

Essa condição pode ser relacionada ao nível de escolaridade, concentrando-se maior nível de instrução na Freguesia do Ó, como se lê na Tabela 1.

Tabela 1: Porcentagem de população de 10 Anos ou Mais de Idade, por Nível de Instrução: Município de São Paulo e Distritos da Zona Noroeste (2010).

Unidades Territoriais	%	%	%	%	%
	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
São Paulo	38	18	27	16	1
Brasilândia	48	22	23	4	2
Freguesia do Ó	33	18	33	16	1
Anhanguera	44	22	29	5	1
Perus	48	23	23	4	1
Jaraguá	42	22	29	6	1
Pirituba	35	18	30	15	1
São Domingos	38	17	29	15	1

Fonte: IBGE / Elaboração: SMDU. Organização: Alberto Luiz dos Santos (2014)

Tabela 2: Taxa de crescimento da população: Município de São Paulo e Distritos da Zona Noroeste (1980 – 2010).

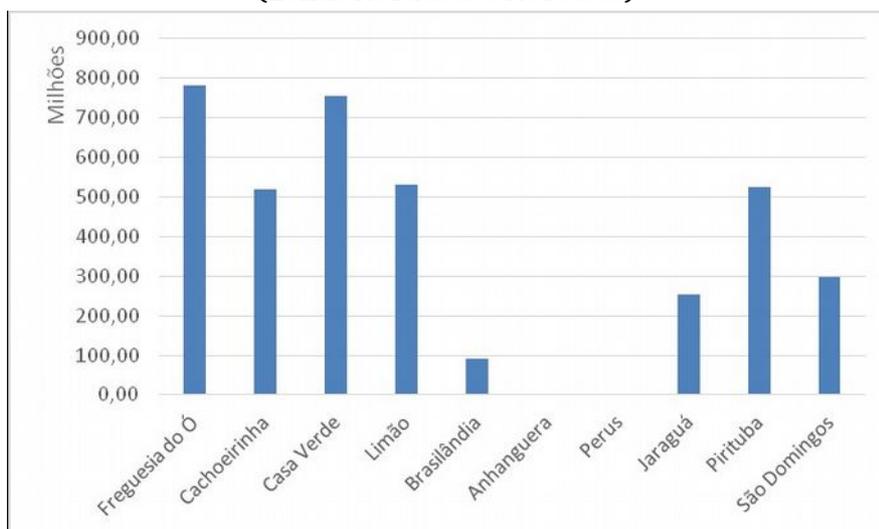
Distrito	Taxa de crescimento (1980-1990)	Taxa de crescimento (1990-2000)	Taxa de crescimento (2000-2010)	População total (2010)
São Paulo	1,16	0,88	0,76	11.253.503
Anhanguera	7,95	13,38	5,54	65.859
Brasilândia	1,76	2,3	0,69	264.918
Freguesia do Ó	0,13	-0,58	-0,18	142.327
Jaraguá	6,33	5,11	2,39	184.818
Perus	2,26	4,81	1,27	80.187
Pirituba	1,26	0,67	0,37	167.931
São Domingos	0,12	1,83	0,24	84.843

Fonte: IBGE / Elaboração: SMDU. Organização: Alberto Luiz dos Santos (2014).

Compreendemos que o movimento verificado na Tabela 2 se justifique pela intensificação dos lançamentos verticais e do valor destes imóveis na Freguesia do Ó, atrelado à dinâmica de especulação imobiliária e aumento do valor da terra

nesse distrito¹¹. Simultaneamente, intensifica-se a moradia precária nos distritos adjacentes, como demonstram os Gráficos 1 e 2.

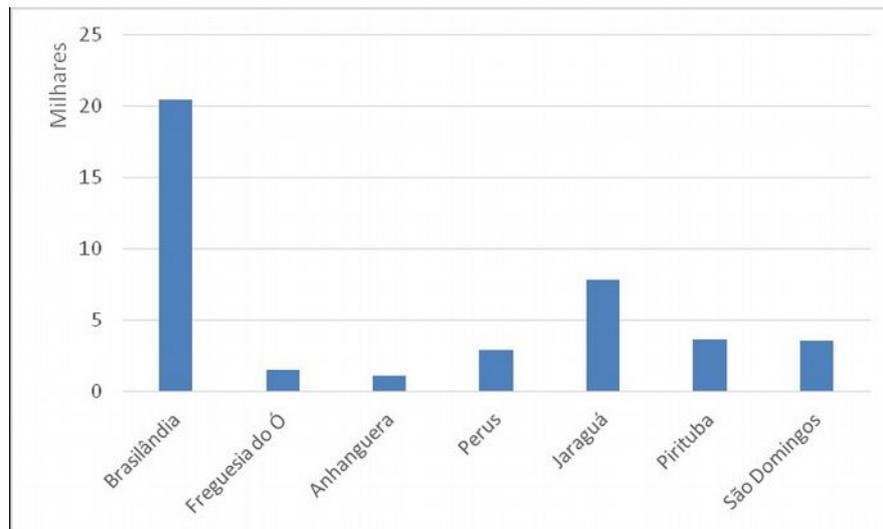
Gráfico 1: Valor geral de vendas dos lançamentos residenciais verticais (1995 a 2012) - Freguesia do Ó e Distritos Adjacentes (Zonas Nordeste e Noroeste).



Fonte: EMBRAESP / Elaboração: SMDU. Organização: Alberto Luiz dos Santos (2014).

11 Dados da Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (EMBRAESP), publicados no Jornal O Estado de São Paulo em 14/12/2007, relativos a estudos datados deste e do ano anterior, destacavam este processo. Nessa data, o custo médio do metro quadrado no bairro era de R\$ 2.991,00, valor superior ao dobro do metro quadrado na Vila Brasilândia, cujo custo médio era de R\$ 1.308,11. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,freguesia-mais-perto-do-centro,95906,0.htm>.

Figura 4: Estimativa de domicílios em favelas (2008 – 2012) Zona Noroeste.



Fonte: SEHAB / Elaboração: SMDU. Organização: Alberto Luiz dos Santos (2014).

A multiplicidade de dominações e apropriações do espaço nos Largos, que tratamos nas seções anteriores, é expressão de grupos sociais (moradores e visitantes) oriundos desta realidade socioeconômica contraditória.

Imbricam-se visitantes de níveis de renda mais elevados, grupos de moradores locais que inserem-se no processo de elitização citada e visitantes com níveis de renda inferiores, buscando principalmente o espaço público. Nesse, multiplicidades emergem simultaneamente às diversas faixas etárias.

Convém ressaltar que, por apresentarem uso comercial (bares e restaurantes) em 20 de seus 40 lotes, os Largos configuram um circuito de atração voltado ao lazer e ao consumo, envolvendo principalmente o espaço público. Como exemplifica o visitante de 27 anos, “a Freguesia tem muito que oferecer. Quem procura é a periferia que tem ao redor; se for raciocinar mais, Cachoeirinha, Paulistano, Parada de Taipas. Os pontos críticos”. No caso, os locais citados são subdivisões dos distritos indicados pela Figura 1.

A esta condição de elitização da Freguesia do Ó frente aos distritos de sua região relaciona-se o intenso fluxo de visitantes de bairros ainda mais elitizados, que frequentam um conjunto específico de imóveis tombados dos Largos, onde a preservação de elementos arquitetônicos externos engaja-se a um consumo visual do espaço e do tempo (ZUKIN, 2000), na medida em que o reconhecimento destes bens culturais relaciona-se à sua valorização econômica, culminando em processos de refuncionalização (PAES, 2010).

Vejam na seção posterior como essa condição analisada pode ser apreendida nos conteúdos dos relatos de sujeitos que vivenciam o cotidiano dos Largos e rememoram suas dinâmicas pretéritas.

Sobre as territorialidades, as memórias e o valor dos bens culturais

É válido destacar previamente que os trechos de relatos que seguem foram obtidos a partir de 40 entrevistas realizadas, que buscaram distribuir-se proporcionalmente no sentido da faixa etária, gênero, origem residencial (moradores e visitantes), área dos largos e período do dia em que foram aplicadas. Foram elaboradas 27 questões norteadoras aos moradores e 20 questões aos visitantes, sendo que, em muitas ocasiões, os relatos se estenderam em determinada questão, formando verdadeiras narrativas. Destacaremos mais detalhadamente relatos que partiam da questão: “Você considera os Largos como local de encontro de familiares e amigos na cidade de São Paulo?”.

Das 26 entrevistas realizadas com moradores, 22 responderam positivamente a esse questionamento, abrangendo exemplos e descrições em suas justificativas. Como afirma um morador de 26 anos: “Com certeza. Você vê muita família aqui andando, entendeu?... Sei lá, ontem eu estava aqui à tarde. Vi pais... família em si. Os filhos, cachorro passeando”. A população local mais idosa, mesmo conduzindo positivamente sua resposta, trouxe à tona algumas distinções e qualificações destas sociabilidades, como um morador de 77 anos, afirmando que “após as 18 horas não é bom frequentar a família. À noite, são mais amigos, e o ambiente é péssimo”. Outro morador, de 64 anos, aborda que a sociabilidade já não se verifica no âmbito familiar:

Olha, não é mais. Já foi, não é mais. Tem muitas pessoas que usam química, o senhor sabe o que estou dizendo. A família não participa disso. Ela vai mais pra um teatro, pra um cinema. O que vem aqui é garotos, não familiares. Com os seus amigos. (...) Ele se acha bem naquilo que está interagindo, o problema é dele, mas família não tem.

Estes trechos são representativos de um conjunto de especificidades que foram sintetizadas das entrevistas a partir dos períodos em que determinados processos ocorrem. Diariamente, os usos atribuídos aos Largos são expressão de grupos mais idosos no período matutino e vespertino e, no caso dos jovens, concentra-se no período vespertino e noturno. No caso dos finais de semana, intensificam-se os visitantes de outros bairros, principalmente nos períodos vespertino e noturno, como nos exemplos de 12 dos 14 visitantes que entrevistamos, além das atividades que foram relatadas. Esses usos remetem às

atividades recorrentes nos Largos, como festas religiosas, carnaval, eventos organizados pela Casa de Cultura Salvador Ligabue, jogos e esportes (malha, dominó e skate).

Outro elemento marcante é a menção ao uso de drogas, tanto substâncias lícitas como ilícitas que, majoritariamente, foram associados às lembranças que se aglutinavam em torno do termo violência, mencionado por 15 dos 26 moradores entrevistados, ao descreverem tais práticas. A essa questão, em geral, associou-se a origem residencial dos grupos, como no trecho do morador de 27 anos: “Durante a semana é um ótimo local pra encontro. Agora, de final de semana, é um público que não vem pra agregar muito (...), principalmente o pessoal do entorno da região”.

Essas diversas especificações quanto ao caráter de encontro dos Largos nos permitiram identificar o aspecto múltiplo dos usos, que se expressa em territorialidades que se ligam ao vivido e promovem escalas demarcáveis do espaço. (SEABRA, 1996). Estas territorialidades são expressões simbólicas do modo como os sujeitos constroem significados sobre os bens culturais e, portanto, apresentam-se como o próprio patrimônio cultural do bairro. Ainda que se associem a questões problemáticas, como os históricos de violência praticados pelos grupos sociais e pela segurança pública, certamente o uso desses visitantes não se restringe a tais situações de violência.

Nesse momento, o leitor pode questionar a pertinência dessa pesquisa, ao buscar uma interpretação da memória por meio de relatos obtidos com base em questões que tratavam do tempo presente no cotidiano dos entrevistados. Nossa justificativa está no fato de que, ao mencionar sobre o “cotidiano” e sobre o “rotineiro”, o sujeito se remete a um passado recente de vivência e apreensões do tempo que, como discutimos nas seções anteriores, não se conserva na memória, mas sim, se reconstrói do momento da lembrança.

Quando uma moradora de 29 anos afirma que é “mais cultural a diferença”, pois “as pessoas vêm de outros bairros com funk e fazem aquela arruaça (...), é o pessoal que frequenta as praças, não os estabelecimentos”, ela sublinha o modo como se organizam em suas lembranças as práticas socioespaciais que vivencia atualmente. Demonstrando sentir-se coagido com as dinâmicas de determinados grupos, um morador de 74 anos cita fatos lembrados e qualifica os grupos pelas práticas que exercem:

O pessoal daqui de baixo é mais educado. O pessoal de cima é mais... não sei... mais, mais... Aqui o pessoal é mais educado, cumprimenta. Ali em cima, você não tem conversa ali. Ficam todos ali com narguilé, tocando bateria, fazendo barulho.

Por outro lado, a reconstrução feita por uma visitante de 19 anos elucidada: “Mano, tem gente de tudo quanto é tribo, tá ligado? Tem galera do funk, tem galera do rap. Tem velho nos barzinhos, se parar pra ver, é muito velhinho. É isso... É o estilo da pessoa”. Outra visitante, de 37 anos, destaca a múltipla convivência e minimiza a diferença: “[Está] tudo junto e misturado, ninguém olha de baixo pra cima, nem de cima pra baixo”. Temos assim diferentes discursos e interpretações, opiniões construídas a partir do convite à interpretação do presente que, inexoravelmente, incentiva a fruição e reconstrução do passado. Nesse sentido, os relatos de pessoas mais velhas tornaram-se emblemáticos, pois recorrentemente acabavam por associar as descrições do cotidiano recente à própria vivência em décadas anteriores, de modo comparativo, como nesse fragmento de um morador de 54 anos:

Se você avaliar um prédio [casarão] aqui, as janelas e tudo mais, passa uma sensação da harmonia, da convivência, da luz do Sol. As pessoas tinham essa liberdade, de dormir sem ter a porta trancada e ninguém mexer nas suas coisas. O vizinho vir na sua casa, tomar um café, trocar duas horas de prosa e ir pra casa sem ter iluminação...

No mesmo sentido, destaca um morador de 74 anos, “antigamente era uma beleza, tinha o pessoal da Igreja, procissão, os eventos, quermesse no Largo da Matriz Velha, Festa da Cruz”.

Há um elemento bastante significativo nesse conteúdo, pois a lembrança busca no passado o momento em que os conflitos e a diversidade de uso do presente são substituídos por um espaço supostamente mais harmonioso, o “clima de interior” da Freguesia do Ó, tão frequente nos relatos da população mais idosa, bem como nos relatos dos visitantes consumidores de estabelecimentos mais elitizados.

Em que medida estas lembranças não são apenas reconstruções que, trazendo à tona um forte cunho afetivo, aguçam a sensibilidade de momentos significativos e se reconstrõem despojando-se dos momentos conflituosos do cotidiano atual? Nossa resposta não pode ser efetiva, mas há um indicativo relevante na fala de muitos moradores que, ao exercerem uma seletividade na memória do passado, elegem o que consideram legítimo à dinâmica dos Largos no presente.

Considerações Finais

Propomos aqui a reflexão acerca de uma situação hipotética, na qual a proposta de reconhecimento dialógico do patrimônio cultural, ou seja, a partir dos valores dos sujeitos que avivam os bens culturais, seja efetivada. Pensemos, por exemplo, numa reunião ampla, com direito à fala e participação, onde os sujeitos frequentadores dos Largos em questão – moradores ou visitantes – pudessem opinar sobre as intervenções, usos e dinâmicas dos mesmos, como as que mencionamos na segunda seção deste artigo. Uma hipótese onde os grupos sociais que usam os Largos construam coletivamente as condições destes processos de apropriação.

Esse legítimo direito de diálogo e participação coletiva, que defendemos ser o caminho para elencar os bens culturais na sociedade, não poderia coadunar com intervenções como a que segue, de um morador de 74 anos:

É um encontro da rapaziada. E de outros bairros... Da Brasilândia, Penteado, Carumbé... [E de bairros mais centrais de São Paulo?] Vem muita gente de fora no Frangó, de outros países até. Tão sempre enrolando a língua aqui. Aqui nessa parte de baixo né, é um pouquinho mais saudável do que a parte de cima.

Como poderia se efetivar uma compreensão múltipla do valor dos bens culturais se determinados usos são interpretados de modo pejorativo, distinguindo-se inclusive a origem residencial dos grupos? Como poderia ser estabelecido tal diálogo com uma moradora de 29 anos, que afirma: “Sinceramente, o nível de pessoas, violência, drogas... não dá”.

Compreendemos que o espaço vivido e os sentimentos de pertencimento tendam a proporcionar tensões entre moradores e visitantes de qualquer lugar, ainda mais quando se trata de um contexto permeado por tantas peculiaridades, como a Freguesia do Ó, cujos valores histórico, arquitetônico, ambiental e afetivo são reconhecidos, não apenas pelo sistema normativo, mas também pelos próprios grupos sociais.

No entanto, é preciso que nos atentemos às posturas que elevam esses sentimentos à seletividade e deslegitimação dos usos sociais do espaço público. Mesmo sendo um bairro que preserva algumas formas urbanas do início do século (como as edificações tombadas), além de expressar práticas sociais que transcendem o século XX, como a Festa do Divino ou as sociabilidades cotidianas dos moradores, é preciso reconhecer que os Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha são também espaços de novas formas de apropriação, que se reelaboram e se resignificam através do tempo.

As múltiplas insurgências de usos que se manifestam entre grupos de variadas origens residenciais e expressões simbólicas apresentam, além de conflituosas, um conteúdo de grande potencial para que se proponha coletivamente um espaço seguro à coletividade.

O espaço público de uma metrópole, quando reconhecido como bem cultural – que é, por excelência, um bem coletivo – deve dar conta de proporcionar a convivência entre múltiplos usos sociais, incentivando diversas expressões. Mesmo que, a princípio, elas sejam discrepantes ou não coadunem com os usos pretéritos que afagam, por meio da lembrança, o cotidiano de determinados grupos sociais.

Que tal convivência será conflituosa, não há dúvida! Por esse motivo, é preciso atualizar a agenda de diálogo e intervenções, que propiciem um melhor ordenamento do espaço e consiga mitigar alguns discursos consagrados acerca do valor dos bens culturais, visto que tanto os valores quanto os bens são dinâmicos. Talvez seja esse um dos caminhos para que os quadros sociais presentes do cotidiano despertem as outras nuances da memória, seja ela pretérita, ou lembranças de um cotidiano recente.

Referências

- BARRO, Máximo. *Nossa Senhora do Ó*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1977.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. Tombamento Núcleo Original da Freguesia do Ó. Resolução n. 46, de 1992. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto. Lobato. *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, p. 15-36, 2005.
- HARVEY, David. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Educação Patrimonial: Inventários participativos: Manual de aplicação*. Brasília-DF, 2016.
- MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. *Anais do Seminário Internacional História e Energia*. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo, p. 29-47, 2000.
- MENESES, José Newton Coelho A patrimonialização da vida: Vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: COSTA, Everaldo Batista; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo. *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

- PAES, Maria Tereza Duarte; Apresentação. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annalube, 2010.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense. 3 ed.1998.
- SANTOS, Alberto Luiz. *Dimensões do patrimônio cultural: tombamentos e territorialidades do Núcleo Original da Freguesia do Ó – São Paulo (SP)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. (Org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do uso: Cotidiano e modos de vida. *Revista Cidades*, v.1, n.2, Presidente Prudente, p. 181-206, 2004.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

Sobre o autor

Alberto Luiz dos Santos: Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve pesquisas sobre patrimônio cultural, territorialidades e espaço urbano.

* * *

ABSTRACT

What is the standard to legitimize the use of cultural goods? interpreting memories, territorialities, and the daily in the squares of original core at Freguesia do Ó – São Paulo

From the interpretation of quantitative interviews granted by regular visitors of the squares: Largos Nossa Senhora do Ó and Matriz Velha (SP), we analyze the economic and social uses of those squares nowadays, against São Paulo's urbanization, the socioeconomic condition from the population surrounding and the attractiveness of those squares for the visitors from other neighborhoods. The spatial cutout of this research it is localize in the Freguesia do Ó Original Core, considered a heritage by CONPRESP (Resolution nº 46/92). The interviews and the workfields subsidized our analyses about the assigned values of the cultural goods given by the social groups. Assuming those public spaces, as spaces of conflicts through the use, in this article, we proposed to discuss how the reports contents taking the socioeconomic issues as a standard and, thereby delegitimize other uses of the cultural goods. Considering that the reports about the daily involves the exercising of recent and past remembrances, we proposed to interpret the way the memories are linked and rebuilt forward the new socio-spatial dynamics.

KEYWORDS: Cultural heritage, uses, memories freguesia do ó.

RESUMEN

Cual es el criterio para legitimar el uso de bienes culturales? Interpretando memorias, territorialidades y cotidiano en el nucleo original de la Freguesia do Ó - São Paulo (Brasil)

A partir de la interpretación de los contenidos de entrevistas cualitativas concedidas por los frequentadores de las plazas Nossa Senhora do Ó y Matriz Vieja (SP), el recorte espacial de la búsqueda realizada, ubicada en el Núcleo Original de la Freguesia del Ó, reconocido institucionalmente por el CONPRESP (Resolución nº 46/92), hicimos una análisis de los usos económicos y sociales actuales de estas plazas, frente a la urbanización de São Paulo, de la condición socioeconómica de la población en su entorno y del atractivo que estas plazas representan a los visitantes de otros barrios. Estas entrevistas y la investigación de campo subvencionaron nuestra análisis acerca de los valores atribuidos a los bienes culturales por los grupos sociales. En el caso del espacio público, espacio de conflicto por los usos, nuestra propuesta en este artículo es debatir como los contenidos de esos relatos toma las cuestiones socioeconómicas como criterio y, con eso, deslegitima otros usos de los bienes culturales. En vista de que el relato acerca del cotidiano implica el ejercicio de los recuerdos recientes y pasados, proponemos interpretar el modo como la memoria es enredada y es reconstituida frente a las nuevas dinámicas socios espaciales.

PALABRAS CLAVE: patrimonio cultural, usos, memorias, freguesia do ó.